COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.625, DE 2015

Estabelece Diretrizes para o acesso ao direito social à educação e para a priorização dos ideais de coletividade, de solidariedade, do trabalho voluntário e dá outras providências.

Autor: Deputada TIA ERON

Relator: Deputado JONATHAN DE JESUS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.625, de 2015, de autoria da Ilustre Deputada Tia Eron, estabelece diretrizes para o acesso ao direito social à educação e para a priorização dos ideais de coletividade, de solidariedade, do trabalho voluntário e dá outras providências.

Em sua Justificação, a nobre Autora argumenta que a presente Proposição visa a ampliar as possibilidades do exercício da cidadania através da solidariedade patrocinada pelo Estado. Para tanto, estimula ações solidárias que passem a ser critério objetivo de inclusão de ações sociais como parte das demandas da sociedade. A promoção do direito social à educação, através da valorização da experiência extraescolar e da vinculação entre a educação escolar e as práticas sociais devem orientar as para o pleno acesso ao direito social à educação em nosso país.

A Autora destaca que a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais como direito do educando deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que estimulem o trabalho voluntário.

A Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências, considera, no seu art. 1º, como serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

A matéria foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família - CSSF; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Com relação às matérias ou atividades de competência da Comissão, cabe à Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF, de acordo com o art. 32, alíneas “r”, “t” e “u” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a apreciação de matérias relativas a assistência oficial, inclusive a proteção à maternidade, à criança, ao adolescente; matérias relativas à família, à mulher, à criança e ao adolescente e o direito de família e do menor, respectivamente. Portanto, no presente Parecer, enfatizamos as matérias sob competência da CSSF, deixando à Comissão específica a apreciação dos aspectos diversos da competência da presente Comissão.

A Constituição de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, de 1993, definiram a assistência social como política voltada para a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a integração no mercado de trabalho; a reabilitação e integração de pessoas com deficiência.

Conforme a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, e será realizada por intermédio de um conjunto

integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A Assistência Social oferta serviços para fortalecer as famílias e desenvolver sua autonomia, apoiando-as para que superem eventuais dificuldades e tenham acesso aos direitos sociais, evitando o rompimento de laços.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, instituído em 2004, a partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social, assegura renda, convívio, acolhimento e autonomia a quem precisa, entre eles os usuários do sistema, trabalhadores, gestores e entidades.

Sendo assim, a assistência social integra-se às políticas que visam ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais e ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Entre esses direitos, conforme reafirmamos e comungamos da opinião da Autora, encontram-se: “o direito social à educação, a priorização dos ideais de coletividade, de solidariedade, do trabalho voluntário.”

O Projeto de Lei que ora apreciamos vai ao encontro, portanto, dos princípios que regem a assistência social, ao propor medidas para ampliar as possibilidades do exercício da cidadania através do estímulo a ações solidárias.

Diante do exposto, do ponto de vista desta Comissão de Seguridade Social e Família, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.625, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado JONATHAN DE JESUS
Relator